



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



União reconhece emergência em 65 cidades gaúchas pela estiagem

Lívia Araújo
livia@jcrs.com.br

A falta de chuvas que atinge diversas regiões do Rio Grande do Sul e gerando uma perda de cerca de 50% da produção agrícola do Estado já motivou o governo federal a reconhecer os decretos de situação de emergência em 65 municípios gaúchos desde dezembro do ano passado.

Entre esta quinta e sexta-feira, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Defesa Civil Nacional, reconheceu a situação de emergência em 22 municípios do RS afetados pela estiagem. A portaria com os reconhecimentos foi publicada no Diário Oficial da União (Dou).

Na quinta, entraram na lista Caçapava do Sul, Canguçu, Colorado, Miraguai, Quatro Irmãos, Salvador das Missões, Santa Maria, Santa Rosa e São Borja; já nesta sexta, foram Alecrim, Bos-soroça, Entre-Ijuís, Esmeralda, Guarani das Missões, Inhacorá, Lavras do Sul, Maximiliano de Almeida, Monte Belo do Sul, Pinhal Grande, Porto Vera Cruz, São José do Inhacorá e São Valério do Sul.

Dos municípios com emergência reconhecida no período, 12 pertencem à metade Sul do RS.

Porém, nem todas as prefeituras gaúchas que já decretaram emergência, caso de Bagé, já tiveram suas situações reconhecidas pela União. Em Bagé, o decreto foi assinado pelo prefeito Luiz Fernando Mainardi (PT) em 17 de fevereiro; nesta quinta-feira, o Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé (Daeb), anunciou que o município de Bagé passará a racionar água a partir de sábado. A Barragem de Arvorezinha, principal esperança da cidade e demanda histórica para minimizar os efeitos da seca, teve suas obras iniciadas há 17 anos e, depois de interrupções e retomadas, deve ser concluída somente em 2028.

Os decretos no Estado vêm

sendo embasados por levantamentos realizados pela Emater-RS/Ascar, que incluem itens que apontam o prejuízo acarretado pela estiagem à produção rural dos municípios. Em Bagé, até então a agricultura já havia sofrido perdas de mais de R\$ 70 milhões; no caso de Canguçu, que decretou emergência em 12 de fevereiro, os prejuízos chegaram a R\$ 61 milhões até esta data.

Problema histórico que atinge o Rio Grande do Sul, a estiagem já gerou para o Estado, de 2020 a 2024, prejuízos que chegam a R\$ 117,8 bilhões, segundo um levantamento divulgado em fevereiro pela Assessoria Econômica da Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul (Farsul). Diversas mobilizações de agricultores também vêm ocorrendo em todo Estado para sensibilizar os governos estadual e federal sobre a necessidade de medidas emergenciais diante do cenário.

O reconhecimento oficial da situação permite que as prefeituras solicitem recursos do governo federal para ações de defesa civil, como compra de cestas básicas, água mineral, refeição para trabalhadores e voluntários, kits de limpeza de residência, higiene pessoal e dormitório, entre outros.

Segundo dados do MIDR, até o momento, o Rio Grande do Sul tem 91 reconhecimentos vigentes, dos quais 65 por estiagem, 16 por chuvas intensas, cinco por queda de granizo e cinco por vendaval.

De acordo com o MIDR, cidades com o reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública podem solicitar ao ministério recursos para ações de defesa civil. A solicitação pelos municípios em situação de emergência deve ser feita por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). Com base nas informações enviadas nos planos de trabalho, a equipe técnica da Defesa Civil Nacional avalia as metas e os valores solicitados.

Entidades criticam ação para zerar alíquota dos alimentos

Medida sobre importação de produtos é vista como ineficaz para reduzir preços

/ MERCADO

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A decisão do governo federal de zerar alíquotas de importação de alguns produtos alimentícios (confira abaixo a lista) repercutiu mal entre produtores rurais, representantes da indústria de carnes e supermercadistas. A avaliação geral é de que a medida, além de inócua, prejudica a competitividade do agronegócio nacional.

Na quinta-feira, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, anunciou o corte nas tarifas para produtos como carnes, milho, açúcar, azeite de oliva, café, massas alimentícias, biscoitos, óleo de girassol e sardinha. O objetivo seria reduzir os preços dos alimentos ao consumidor final. Mas a melhor saída, apontam líderes do setor, seria incentivar a produção nacional, com menor tributação sobre insumos agrícolas, óleo diesel, energia elétrica e infraestrutura, por exemplo. O fim das alíquotas de importação sobre esses produtos ainda precisa ser aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex).

“Não vai dar em nada. O ex-presidente Bolsonaro fez algo muito semelhante em 2022, que também não funcionou. Com esse movimento, o governo investe no produtor dos outros países, que já recebem subsídios internos, e não no nosso”, diz o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetagr-RS), Carlos Joel da Silva.

Segundo ele, o governo deveria reduzir o custo de produção no Brasil, para dar mais rentabilidade e competitividade ao produtor local, abrindo mão, por exemplo, de impostos sobre a importação de insumos. “Mas, ao contrário, retira imposto sobre o produto final que ingressa no País. Está criando uma concorrência desleal contra o Brasil. Uma decisão política, que desagra cadeia e traz resultados ruins”, completa.

Para o presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado (Fecoagro/RS), Paulo Pires, a causa da inflação dos alimentos não está no preço dos produtos em si, mas nos custos de mão de obra, de energia, na alta carga tributária praticada no Bra-



Quilo do boi está alto no Brasil e em outros países, aponta Sicadergs

sil, o que atinge a capacidade de fornecer produtos a preços menores sem comprometer a viabilidade financeira do negócio.

“Deveríamos reduzir ICMS, PIS, Cofins, incentivar quem emprega. Mas optamos pelo caminho contrário. Quanto subiu o custo da energia? Por que não enfrentamos a questão da infraestrutura defasada e insuficiente, para reduzir os custos de produção? Por que não oferecer juros mais baixos para estimular a produção?”, questiona.

Pires lembra que o milho, um dos itens que tiveram alíquota de importação zerada, é um problema persistente no Estado, que produz menos de 60% do que consome. Mas, ainda assim, 600 mil toneladas anuais são negociadas no exterior. Isso porque os preços no mercado externo são melhores ao produtor, que precisa manter a atividade rentável. Enquanto isso, o RS importa o produto, fundamental na suplementação animal, de outros estados brasileiros.

“Sou um defensor da competição e de um mercado aberto. Mas custo a crer na importação de produtos sem subsídio mais baratos que os nossos. O produtor brasileiro não recebe subsídio. E, por outro lado precisa buscar financiamentos a taxas de juros anuais elevados. Mas o governo tem uma visão, a qual respeito, porém não concordo”, acrescenta o líder cooperativista.

Embora sem ter ainda tido acesso à íntegra do anúncio, o presidente do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado do RS (Sicadergs), Ladislau Böes, avalia que a medida não interferirá em nada sobre os preços finais.

“Esses produtos não estão caros apenas no Brasil, mas em outros países também. O preço do boi no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, por exemplo, está mais alto que no Brasil. Então, dificilmente haveria como esses produtos chegarem aqui mais acessíveis ao consumidor. Inicialmente, nos parece que a medida é mais política do que econômica”, pontua.

Na avaliação da Associação Gaúcha de Supermercadistas (Agas), qualquer eventual queda de preços deverá levar pelo menos 90 dias para ser percebida, uma vez que se trata de produtos importados. Mas, ainda assim, a medida deve ser pouco efetiva, já que tratam-se de commodities, com cotações em dólar, o que dificilmente chegaria de fora a preços menores. “Alguns segmentos do agronegócio brasileiro podem se sentir prejudicados pelo anúncio, uma vez que a maioria dos itens é produzida internamente. Talvez haja resultados pontuais, como em relação ao azeite de oliva, cuja maioria da oferta é importada. Mas camadas de menor poder aquisitivo da sociedade não seriam beneficiadas”, projeta o gerente executivo da entidade, Francisco Schmidt.

Os itens com alíquota zero

- Carne: com tarifa hoje de 10,8%
- Café: atualmente em 9%
- Açúcar: 14%
- Milho: 7,2%
- Oleo de girassol: 9%
- Azeite de oliva: 9%
- Sardinha: 32%
- Biscoitos: 16,2%
- Massas alimentícias



VIDROBOX - Vidros Gerais

DESDE 1971

Temperados - Laminados - Termo-acústicos
Controle solar - Texturizados - Múltiplos

vidrobox@vidrobox.com.br - (51) 3302 - 4343